

Gilberto Freyre e Celso Furtado: duas leituras distintas da formação urbano-industrial no Brasil*

Maria José de Rezende¹
Universidade Estadual de Londrina

Resumo

A formação das atividades urbano-industriais no Brasil tem sido investigada sistematicamente pelas ciências sociais. Dentre as diversas interpretações dadas, duas destacam-se neste artigo: a de Gilberto Freyre e a de Celso Furtado. As discussões do primeiro sobre o processo de formação das atividades urbano-industriais procuraram esmiuçar, a partir da crise do patriarcalismo, desencadeada no século XVIII, a lenta formação das cidades e de seus modos de vida, que

Abstract

The formation of urban-industrial activities in Brazil has been systematically investigated by the social sciences. Among various interpretations, two are dealt with in this article: Gilberto Freyre's and Celso Furtado's. In his discussions about the formation process of urban-industrial activities, considering the period of crisis of the rural Patriarchal system, from the 18th Century on, Freyre tried to account in minor details for the slow process of constitution of towns and their

* Gilberto Freyre and Celso Furtado: two different views of brazilian urban, industrial formation.
¹ Endereço para correspondências: Rua Pio XII, 335, apto 1104, Londrina, PR, CEP 86020-914 (wld@rantac.net).

nem sempre eram totalmente renovados. É uma busca das permanências, das constâncias, das acomodações e das quebras de acomodações que emergiram com o processo de urbanização. Celso Furtado, no entanto, centra em suas análises as mudanças que se processaram a partir de meados do século XIX, já que a expansão cafeeira, mesmo obedecendo à mesma lógica – fundada na demanda externa – dos demais ciclos econômicos anteriores, teria formado as bases para a expansão industrial no país.

lifestyles, which were not always renewed. According to Freyre it is the quest for stability, constancy, accommodations and the ruptures in them that emerged during the process of urbanization. In his turn, however, Furtado focuses on changes that occurred since the middle of the 19th Century, given that, according to him the expansion of coffee agriculture—even though it took place according to the same logic of former economic cycles based on the needs of the foreign market—furnished the bases to the country's industrial development.

Palavras-chave: Mudanças sociais; urbanização; industrialização; formação econômica brasileira.

Keywords: Social changes; urbanization; industrialization, Brazilian Economic Formation.

Introdução

Tendo em vista que, neste estudo, trata-se de dois pensadores que têm uma vasta obra de interpretação do Brasil², faz-se necessário, em primeiro lugar, recortar, no conjunto de seus livros, aqueles textos que melhor explicitam uma constante preocupação com a formação das atividades urbano-industriais no país. Os livros *Sobrados e mucambos* e *Ordem e progresso*, de Gilberto Freyre e *Formação econômica do Brasil*³, *Dialética do desenvolvimento*, *A fantasia organizada* e *A fantasia desfeita*, de Celso Furtado, fornecem subsídios suficientes para a compreensão de duas perspectivas distintas acerca do modo de processamento da urbanização e da industrialização no Brasil.

² Dentre as suas principais obras destacam-se as seguintes: Freyre, 1994; 1962; 1961; 1968; 1947; 1967; 1957; 1983; 1976; 1975; 1977; 1957; FURTADO, 1958; 1959; 1959a; 1956; 1961; 1962; 1966; 1967; 1968; 1972; 1974; 1978; 1984; 1992; 1997; 1997a; 1997b; 1997c; 1996d; 1999; 2000; e 2002.

³ A primeira edição da obra *Formação econômica do Brasil* data de 1959. No entanto, será utilizada nesse artigo a 27ª edição, a qual foi publicada em 2000.

As divergências constituidoras de suas interpretações não se formaram com base em diálogos diretos estabelecidos entre eles próprios. Celso Furtado e Gilberto Freyre trilharam caminhos distintos em suas análises, quase se ignorando em relação ao modo como cada qual interpretava o país. Os principais livros de Freyre (*Casa grande & senzala*, *Nordeste*, *Sobrados e mucambos*) são anteriores aos escritos de Furtado, mas as obras *Formação econômica do Brasil*, desse último, e *Ordem e progresso*, do primeiro, tiveram suas primeiras edições no mesmo ano, ou seja, 1959. Ao construírem análises expressivamente distintas e sem diálogos e enfrentamentos críticos, formaram dois blocos de interpretação, “em que ambos perdem. Freyre, mantendo-se apático ou até mesmo hostil diante do grande movimento político-cultural que reinseriu o Nordeste no imaginário nacional e que resultou na criação da Sudene. Furtado, ao não desenvolver, mesmo criticamente, as ricas pistas sobre a formação da identidade nacional e sobre a problemática racial contidas na obra de Freyre” (GUIMARÃES, 2000, p.19).

O próprio Celso Furtado argumenta em *As aventuras de um economista brasileiro* que desde muito cedo travou contato com a obra de Gilberto Freyre, em especial, *Casa grande & senzala*, o qual o introduziu nas discussões antropológicas e sociológicas que se desenvolviam nos EUA na primeira metade do século XX. No entanto, o livro principal de Freyre que havia empolgado muitos intelectuais em nada o havia influenciado “no que diz respeito a sua mensagem substantiva, isto é, no que se refere à interpretação do processo histórico brasileiro. Sua importância esteve em que nos revelou todo um instrumental novo de trabalho” (FURTADO, 1997c, p.16).

O declínio do patriarcalismo e a formação das atividades urbano-industriais no Brasil: a leitura de Gilberto Freyre

O mundo rural e o mundo urbano: interpenetração e acomodação

As análises de Gilberto Freyre sobre a formação das atividades urbano-industriais estão marcadas pela busca de relações de acomodação e de incorporação de interesses entre as classes sociais preponderantes.

Isso não supunha, todavia, a inexistência de formas de subordinação entre os segmentos sociais diversos que controlavam as atividades econômicas prevalentes. Os grandes proprietários de terras eram detentores de um poder político sem igual e definidor, nos séculos XVI, XVII e XVIII, do padrão de domínio patriarcal. O padrão de organização social que ganhou forma nesse período estenderia, assim, suas influências ao longo do século XIX, o que se deu de maneira tal que o processo de urbanização e de industrialização estivera marcado pelo modo de encadeamento da vida social dos séculos anteriores.

O declínio do patriarcalismo rural teria, segundo Freyre, dado lugar paulatinamente a uma outra forma de patriarcalismo: o urbano. Em *Sobrados e mucambos*, ele demonstra que as atividades urbano-industriais teriam sido, desde o início, marcadas por relações patriarcais. As novas distâncias sociais (de classe, de renda, de raça, de instrução), as novas formas de subordinação e os novos antagonismos tanto se redefiniram quanto mantiveram alguns traços do padrão de organização social, política e cultural do mundo rural. O mundo urbano, portanto, com todas as atividades que lhe são pertinentes, formou-se a partir de uma contemporização de estilos de vida e de padrões de cultura (FREYRE, 1961). As atividades de comércio e de indústria, por exemplo, nasceram marcadas pelo privatismo patriarcal. Sendo, então, enganoso supor que o desenvolvimento paulatino das atividades urbanas teria encerrado definitivamente um dado padrão de organização social.

A análise de Freyre oferece dados que elucidam a tortuosidade do desenvolvimento das atividades urbano-industriais, no que diz respeito à reelaboração de um padrão de organização e de domínio. Os efeitos desse processo, aos quais Freyre não se atém, seriam visíveis na maneira como as atividades urbanas reproduziam um tipo de mentalidade escravocrata na relação com o trabalhador. Como afirma Manoel Bomfim, em *A América Latina: males de origem*, firmava-se uma relação de parasitagem que se estendeu século XX adentro e se pautava na refutação de toda reivindicação por melhorias salariais e de condições de trabalho (BOMFIM, 1993). Pode-se afirmar, então, que a constatação de que no mundo urbano o privatismo e o personalismo continuaram a existir nos moldes sedimentados pela organização patriarcal esclarece a tortuosidade das mudanças sociais no Brasil.

Isso é verificável não somente no modo da mentalidade patriarcal imiscuir-se nas relações econômicas, mas também nas relações políticas, sociais e culturais. A partir do final do século XIX, verifica-se que o poder tutelar foi-se esmaecendo no âmbito das atividades econômicas, mas não, por exemplo, no âmbito da vida e da cultura políticas.

Nesse sentido, a análise efetuada por Freyre acerca da formação e da expansão das atividades urbano-industriais revela que não somente no âmbito da vida política e no do Estado as incorporações dos valores patriarcalistas trouxeram conseqüências significativas. Tal absorção foi também decisiva no âmbito das atividades econômicas, que passaram a reproduzir um padrão de organização social que não se desvencilhava totalmente dos controles personalistas e familistas. Todavia, o grau desses controles era variável à medida que ocorriam mudanças na própria estrutura patriarcal. Explicando melhor, pode-se dizer que tais controles eram distintos no patriarcalismo semi-rural, no semi-urbano e depois no propriamente urbano. Como padrão de organização de família, de economia e de cultura, o patriarcalismo foi-se modificando e produzindo tipos particulares de relações sociais. Por isso, as gradações que iam do patriarcalismo agrário ao urbano passavam por, no mínimo, duas etapas intermediárias.

Para Gilberto Freyre, a essencialidade de estudar essas gradações estava no fato de elas revelarem condições de raça, de classe e de cultura que iam se modificando, ajustando-se, acomodando-se e se redefinindo a um só tempo. A transição do patriarcalismo rural para o patriarcalismo urbano esteve marcada pelo desprestígio do senhor de engenho e pela ascensão do prestígio da aristocracia urbana, a qual era formada pelos comerciantes e pelos bacharéis. No entanto, a necessidade de se diferenciar da aristocracia rural foi-se constituindo paulatinamente por meio da desintegração do poder econômico e do sistema de moral vigente. Essa desintegração deixou suas marcas, seus rastros, nas novas atividades econômicas e no novo sistema de hábitos e de costumes que se instalava nas cidades. Por isso, não houve rompimentos absolutos, mas sim combinações e conciliações que foram produzindo equilíbrios, desequilíbrios e acomodações (FREYRE, 1961).

Padrão de domínio e padrão de organização social: continuidades e mudanças

A formação das atividades urbano-industriais processou-se, não eliminando ou destruindo inteiramente o sistema patriarcal, mas incorporando traços desse padrão de domínio e de cultura “contraditório em vários dos seus efeitos sociais” (FREYRE, 1961, p.400). Isso se deu tanto pela incorporação dos negros livres às atividades mecânicas quanto pelo modo como os aristocratas urbanos aproximaram-se dos proprietários de terras e de escravos. É evidente que Gilberto Freyre generaliza significativamente essa incorporação dos negros livres às atividades urbanas. Alguns, de fato, adentraram as atividades industriais, mas, seria esse fato significativo a ponto de garantir a sedimentação, nas novas formas econômicas, dos traços do patriarcalismo agrário? Essa co-responsabilização do negro nesse processo tem duas dimensões. A primeira é a necessidade que Freyre via de mostrar que o negro e o mulato desempenharam papéis fundamentais nas revoluções técnicas que ganharam fôlego no início do século XIX⁴. Eles não foram somente agentes passivos. A segunda funda-se na necessidade de ressignificar a importância social desse processo de incorporação de alguns negros e mulatos livres à ordem econômica industrial.

No capítulo *Escravo, animal e máquina*, de *Sobrados e mucambos*, Freyre faz uma análise do aperfeiçoamento técnico que ocorreu com a ascensão da máquina, o que teria representado a emergência das condições que dificultaram a sobrevivência da escravidão no país. As mudanças foram morais e materiais. Seria visível na primeira metade do século XIX que alguns negros livres eram incorporados aos trabalhos técnicos e mecânicos. Em seu entender, isso teria servido para amortizar os novos antagonismos que se iam instalando com as atividades industriais. A possibilidade de ascensão social do negro livre acabava por criar a sensação de uma possível mobilidade social para as camadas mais pobres da sociedade.

⁴ Manoel Bomfim em *A América Latina: males de origem*, de 1905, demonstrou que não houve qualquer incorporação significativa dos ex-escravos às atividades industriais. Sem formação técnica e profissional e sem qualquer instrução, eles teriam sido abandonados à própria sorte (BOMFIM, 1993).

O efeito social mais visível do desenvolvimento técnico-industrial teria sido a diminuição contínua da necessidade tanto do escravo quanto do proprietário de escravos. Isso golpeava de morte o padrão de organização social vigente. Contribuiu enormemente com esse processo de transição a proibição do tráfico legal de escravos. “É do maior interesse para a compreensão do período de transição que foi, nas principais áreas do nosso país, a primeira metade do século XIX, destacar-se que várias das modificações que sofreram então paisagens e instituições ligam-se direta ou indiretamente à cessação do tráfico legal de escravos, cujo volume o clandestino nem sempre conseguiu suprir; nem pode manter” (FREYRE, 1961, p.549).

Segundo Freyre, o capital tomava outro rumo, ou seja, passava a ser utilizado para aquisição de máquinas, prédios urbanos, fábricas etc. A passagem de um sistema econômico agrário para um sistema urbano “não se fez docemente, mas através de crises profundas” (*Idem*, p.549) que atingiram toda a sociedade. Senhores de escravos e terras, comerciantes de escravos e outros setores que viviam a circundar o sistema escravocrata foram afetados pela cessação do tráfico. O sistema econômico escravocrata esfacelou-se aos poucos. Mesmo golpeado de morte, ele sobreviveu ao longo do século XIX. “Lento em deixar de existir e de influir sobre o ambiente ou sobre o meio” (p.549), ele foi imprimindo suas marcas nas atividades urbanas em desenvolvimento.

A abordagem histórica de Gilberto Freyre objetivava ressaltar que o processo de exclusão do negro e do mulato das atividades urbano-industriais deu-se fundamentalmente a partir da segunda metade do século XIX. Num primeiro momento, teria havido incorporações deles nas atividades mecânicas e, num segundo, eles teriam sido substituídos por máquinas e imigrantes europeus. Assim, paisagem social foi-se modificando ao longo do século XIX. A transferência de capitais, de máquinas, de escravos, de prestígios, dentre outros, do norte para o sul criava todas as favorabilidades para a paulatina substituição do escravo pelo colono europeu e do negro e do mestiço mecânico por máquinas e imigrantes. O preterimento do ex-escravo não era algo inscrito no processo de desenvolvimento urbano-industrial. Ele instalou-se em vista do modo como o padrão de organização social e de domínio foi-se estabelecendo ao longo de décadas. Fica implícito em suas discussões que o modo como o sul cafeeiro conduziu o processo de desenvolvimento urbano e industrial levou à paulatina exclusão do negro das atividades mecânicas.

Ainda no final do século XVIII, o próprio movimento denominado Inconfidência Mineira estava voltado para a defesa de uma reconstrução social e política que fosse capaz de incluir econômica e politicamente os negros e os mulatos, segundo Freyre. A análise realizada por Gilberto Freyre permite concluir que tais movimentos inclusivos dissiparam-se em razão da aristocratização dos bacharéis mestiços e da associação desses últimos à própria aristocracia rural e também à urbana. A acomodação que ocorreu entre o mundo rural e o mundo urbano abria, assim, as portas para a emergência de um padrão de organização social que privilegiava a inclusão de alguns mestiços, mas não a inclusão do negro e do mulato em geral na nova ordem econômica que se instalava.

O processo de formação urbano-industrial: equilíbrio de antagonismos e de contradições

É evidente que a análise de Freyre revela-se, em alguns momentos, problemática. Ilustra isso o fato de ele supor tanto um processo de acomodação e de equilíbrio de antagonismos e contradições que teria, no decorrer do século XIX, possibilitado a inserção de negros livres e mestiços na nova ordem econômica que emergia, o que foi significativamente subtraído após a República, quanto um processo de transferência da hegemonia econômica e política do norte agrário para a região neo-aristocrática de São Paulo, o que se teria dado principalmente por meio da assimilação “de substâncias humanas, étnicas e culturais, numa espécie de transmigração sociológica” (FREYRE, 1962, p.391). Acerca disso, cabe a seguinte pergunta: Por que nesse processo de transmigração não se manteve a tendência inclusiva que ele teria detectado no final do século XVIII e início do século XIX?, ou seja, em que momento teria, de fato, ocorrido o bloqueamento dessa tendência inclusiva ressaltada em algumas partes das obras *Sobrados e mucambos* e *Ordem e progresso*? Afinal, se houve a “transmigração de todo um conjunto de formas, de normas, de ritos sociais, expressivos de um viver, de um sentir e de um pensar patriarcalmente aristocráticos do norte para a subárea paulista do Império” (FREYRE, 1962, p.392) é de se supor que a possibilidade de absorção, assimilação, acomodação se mantivesse. Apesar disso, em seu entender, houve uma perda significativa, com a transferência dos faustos patriarcais do norte para o sul, da capacidade do sistema econômico de absorver o negro livre nas novas atividades emergentes.

Seguindo-se o raciocínio de Freyre, parece incompreensível o motivo pelo qual essa não-inserção deu-se, já que, para ele, a elite político-econômica que tomou corpo após a República era mais plástica, ágil e sensível “aos novos problemas do trabalho [...] que as elites do norte” (1962, p.394). Por que, então, essa plasticidade, essa sensibilidade não se efetiva no sentido de estabelecer políticas de fato inclusivas? Na verdade, Freyre não estava voltado para a busca de tais políticas como esteve, por exemplo, Manoel Bomfim, na obra *A América Latina: males de origem* em que condena o modo de agir no âmbito econômico e político do fazendeiro do café. Bomfim afirma que as elites políticas, que comandavam a República, desde o início atuavam visando a conservar “um regime arcaico de lavoura, mantendo o fazendeiro no seu tipo – parasita, ignorante, ocioso, muito contente de viver das diferenças entre o preço do café e o salário do trabalhador” (BOMFIM, 1993, p.179). Tais elites, ao decidir pela migração, “abraçavam, segundo Bomfim, um plano arrasador para o trabalhador nacional, em vez de tornar-lhe acessível a instrução, o aprendizado de um trabalho moderno, portanto, urbano-industrial, optou-se por lançá-lo ao ostracismo, ao abandono” (REZENDE, 2002, p.83).

A análise de Manoel Bomfim constatou exatamente o oposto da de Gilberto Freyre, que atestava a sensibilidade e plasticidade da aristocracia cafeeira do Sul. As elites dirigentes vinculadas a essa última “em vez do ensino popular, que prepare a massa geral da população – elemento essencial numa democracia, em vez da instrução profissional-industrial, de onde tem saído o progresso econômico de todas as nações, hoje ricas e prósperas – em vez deste, reclamam [...] universidades – já alemãs, já francesas” (BOMFIM, 1993, p.183).

O que Gilberto Freyre via como mérito das elites dirigentes no final do século XIX – a conciliação do republicanismo paulista com os interesses dos proprietários rurais receosos com a abolição (FREYRE, 1962, p.399) – Manoel Bomfim via como tragédia anti-democrática, uma vez que se mantinha intocada, na formação das atividades urbano-industriais, a exclusão social de uma expressiva camada de brasileiros, os ex-escravos, por exemplo. Diferentemente, Freyre, assinalava que a acomodação entre as diferentes elites políticas,

econômicas e regionais somente era possível em razão de já vigorar no país, em 1889, “uma pujante democracia em potencial, pronta a harmonizar-se com a industrialização” (FREYRE, 1962, p.399). Mas de qual democracia estava, então, falando Freyre? “Democracia etnicossocial e até sócio-econômica mais que política, é bem de ver, mas democracia. A democracia para a qual vinham contribuindo fatos anteriores à abolição” (p.399).

Havia, segundo Freyre, democracia socioeconômica, porque o desenvolvimento industrial que transmutaria a ordem econômica conciliou-se com as atividades da monocultura agrária. Não teria havido rompimentos econômicos ou políticos, mas sim equilíbrio entre ordens econômicas distintas. Elucida-se, assim, a sua compreensão de democracia que se assentava numa forma de distribuição do poder entre as elites: açucareira, cafeeira e industrial. Em *Ordem e progresso*, ele reconhece que teria havido, nos primeiros anos da República, uma excessiva valorização do café em detrimento do homem, mas, em sua avaliação, isso não teria dissolvido as virtudes democráticas que se tinham constituído como fundamento do padrão de organização social vigente no país desde a colônia.

O progresso tecnológico e industrial, no Brasil, processou-se de modo contraditório ao revelar a formação de um tempo social e psicológico que se distinguia no âmbito econômico e no âmbito político de outros países já desenvolvidos. A industrialização, a urbanização e a República inauguravam um tempo social novo, mas singular, uma vez que esse tempo industrial convivia com o tempo agrário. Segundo Freyre, inaugurava-se, assim, um terceiro tempo, que era distinto do tempo europeu e do tempo norte-americano. Desse modo, a constituição, tanto da ordem econômica industrial quanto da ordem política e social, que era correspondente a esse novo tempo, processou-se dentro de parâmetros propriamente brasileiros, ou seja, conciliando o passado e o presente. Nesse caso, a democracia ganhava, em seu entender, uma feição singular, ao ter suas bases fundadas num outro tempo, ou seja, no tempo agrário e aristocrático (FREYRE, 1947).

Celso Furtado e a formação das atividades urbano-industriais no Brasil

As persistências e as continuidades encadeando atrasos e resistências à mudança

Se compararem as obras de Celso Furtado com as de Freyre, fica visível que os dois destacam, principalmente nas discussões sobre a forma de domínio, “os recursos dos que resistem à mudança social” (FURTADO, 1968, p.37). No entanto, o modo de interpretar tais recursos é distinto entre eles. Nos livros *Ordem e progresso* e *Sobrados e mudeiros*, a resistência à mudança aparece envolta de plasticidade, maleabilidade, principalmente dos setores preponderantes, condutores das principais modificações gestadas pela decadência do patriarcalismo rural e pela emergência do patriarcalismo urbano. Em Celso Furtado, as reflexões sobre a resistência à mudança situam-se nas diversas esferas (econômica, política e cultural) e não indicam necessariamente plasticidade. O modo de os setores oligárquicos – defensores de uma economia colonial – integrarem-se às mudanças que ocorreram a partir da década de 1950 indicava uma maleabilidade destruidora da nação, conforme ele demonstrou na obra *A fantasia desfeita*⁵.

Se em Gilberto Freyre a renovação dos quadros políticos sempre pareceu positivamente mediada pela conciliação havida entre os setores oligárquicos e os novos setores que emergiam com o processo de desenvolvimento industrial, em Furtado, haveria nesse caso uma das indicações mais expressivas das dimensões que teria tomado no Brasil a resistência aos processos de mudanças que, de fato, apontariam para a redefinição da organização social brasileira tendente à manutenção de um padrão de domínio autoritário.

Em *Dialética do desenvolvimento*, Celso Furtado argumenta que o desenvolvimento das atividades urbano-industriais no Brasil deu-se de maneira específica, ou seja, não repetindo o padrão dos países capitalistas avançados. Quanto a isso, não há divergências entre ele e a perspectiva freyriana,

⁵ Ao analisar a Operação Nordeste, conjunto de políticas colocadas em práticas no final da década de 1950 no governo Juscelino Kubitschek, ele afirma que ela “se inseria em amplo processo de mudança social, todo ele orientado para recuperar o atraso político e abrir espaço a fim de que parcelas crescentes da população regional assumissem na plenitude os direitos de cidadania. Verdadeiras mudanças não poderiam vir senão da renovação dos quadros políticos, com o aumento de sua representatividade e a rejeição [...] das velhas oligarquias” (FURTADO, 1997d, p.37).

que também demonstra a especificidade do modo de constituição da economia industrial no Brasil. No entanto, os motivos pelos quais foi singular tal formação são distintos nos dois pensadores aqui trabalhados. Gilberto Freyre buscava no processo de colonização portuguesa, na forma de incorporar uma noção de tempo ibérico (FREYRE, 1975), no patriarcalismo, no familismo, no *continuismo* entre atividades distintas, na conciliação das diferenças e dos antagonismos de interesses e de região, na maneira de implementação da República, no não-abandono absoluto de modos de agir e pensar consentâneos com o mundo agrário, o qual era reproduzido nos hábitos, nos costumes etc., os elementos explicativos do caráter ímpar da expansão das cidades e das atividades e dos modos de vida atinentes a elas.

Ressalte-se que Gilberto Freyre, no livro *Sobrados e mucambos*, estende a análise da formação urbana no Brasil do século XVIII até o final do século XIX, buscando, dessa maneira, num longo período de transição, as particularidades da emergência e da expansão das atividades urbanas. Celso Furtado, em *Formação econômica do Brasil*, esclarece que sua análise deu centralidade à segunda metade do século XIX, quando se expandiu a economia cafeeira, a qual teria embasado relações econômicas capazes de suplantarem a economia colonial no país. Evidentemente, focar o processo de formação urbano-industrial a partir de períodos mais extensos, conforme faz Freyre, produz consequências expressivas para a análise, visto que ele não concebe cortes tão profundos entre o mundo agrário e o mundo urbano-industrial em emergência. A própria forma de ele recortar o objeto de análise tem a ver com o fato de ele pôr em relevo os aspectos socioculturais. Mesmo quando Freyre analisa o final do século XIX em *Ordem e progresso*, ele pergunta continuamente, ao longo do texto: economicamente, verificaram-se mudanças expressivas a partir da emergência do trabalho livre, mas sociologicamente o que, de fato, mudou, e o que, de fato, permaneceu?

Para Celso Furtado, interessava muito mais compreender as razões do atraso da industrialização do que a longa decadência econômica e política da grande lavoura. Sua análise não se centra, diferentemente da de Freyre, nos longos séculos (XVIII e XIX) de decadência do patriarcalismo e no modo como, nesse processo, esse último teria conseguido imprimir suas marcas no interior das atividades urbano-industriais nascentes. Furtado procurou destacar que, “do ponto de vista de sua estrutura econômica,

o Brasil da metade do século XIX não diferia do que fora nos três séculos anteriores. A estrutura econômica, baseada principalmente no trabalho escravo se mantivera imutável nas etapas de expansão e decadência. A ausência de tensões internas, resultante dessa imutabilidade, é responsável pelo atraso relativo da industrialização” (FURTADO, 2000, p.34).

O elemento diferenciador, por excelência, desse processo de geração das bases do desenvolvimento industrial teria sido a expansão cafeeira na segunda metade do século XIX.

A expansão cafeeira da segunda metade do século XIX, durante a qual se modificam as bases do sistema econômico, constituiu uma etapa de transição econômica, assim como a primeira metade desse século representou uma fase de transição política. É das tensões internas da economia cafeeira em sua etapa de crise que surgirão os elementos de um sistema econômico autônomo, capaz de gerar o seu próprio impulso de crescimento, concluindo-se, então, definitivamente a etapa colonial da economia brasileira (FURTADO, 2000, p. 34).

Essa expansão industrial somente se efetivou a partir da década de 1930. Desse modo, suas reflexões acerca dos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX estiveram centradas na busca do encadeamento histórico do atraso brasileiro. A economia agrário-exportadora, de caráter colonial, assentava-se na degradação “da relação de troca” (FURTADO, 1997b, p.163) que bloqueava totalmente a formação de recursos internos que estimulasse o desenvolvimento industrial. “A dinâmica desse processo de transferência de recursos para o exterior permitia explicar, no caso brasileiro, a tendência à concentração social da renda e o lento crescimento do mercado interno” (FURTADO, 1997b, p.163).

O tipo de economia colonial vigente no país assentava-se em significativas perdas dos setores exportadores, visto que os grupos que intermediavam a comercialização do açúcar, por exemplo, ficavam com uma parte significativa dos rendimentos oriundos da economia agrário-exportadora – quem pagou pelas perdas dos grupos internos (senhores do engenho, por exemplo) foram os segmentos mais pobres –, ocorrendo,

então, o que Celso Furtado chamou em diversos textos de “socialização das perdas”. Isso implica que a sociedade brasileira pagaria um preço altíssimo pela vigência da economia do tipo colonial⁶, a qual se caracterizava essencialmente pela “não diversificação das estruturas produtivas” e pela “contração do mercado interno” (FURTADO, 1997b, p.164).

No livro *A fantasia organizada*, Furtado demonstra que o estudo do processo de industrialização no país estava estreitamente ligado a essas duas características da economia colonial que vigorava no Brasil. Suas análises sobre o desenvolvimento da indústria têxtil no século XIX assinalam que o crescimento das atividades industriais nesse setor – cuja dependência do mercado interno era absoluta – deu-se exatamente quando a economia exportadora entrou em crise. Ele conclui que essa última bloqueava inteiramente as atividades industriais. A essencialidade da economia colonial seria, então, o impedimento da formação de bases (as quais adviriam da diversificação da estrutura produtiva e da formação do mercado interno⁷) para a expansão de uma economia urbano-industrial. “A primeira metade do século XX está marcada pela progressiva emergência de um sistema cujo principal centro dinâmico é o mercado interno” (FURTADO, 2000, p.245). A partir disso, cabe perguntar: O que teria levado à formação desse mercado interno capaz de potencializar o desenvolvimento industrial?⁸ Para ele, teria sido a rápida expansão do setor cafeeiro (1880-1930), a qual estava calcada na dinamicidade da demanda externa que gerava enormes somas de excedentes que eram investidos na geração da industrialização.

⁶ Por essas razões, a economia agrário-exportadora era do tipo colonial e não do tipo periférico.

⁷ “A natureza puramente contábil do fluxo de renda, dentro do setor açucareiro tem induzido muita gente a supor que era essa uma economia de tipo semifeudal. O feudalismo é um fenômeno de regressão que traduz o atrofamento de uma estrutura econômica. Esse atrofamento resulta do isolamento imposto a uma economia, isolamento que engendra grande diminuição da produtividade pela impossibilidade em que se encontra o sistema de tirar partido da especialização e da divisão do trabalho que lhe permite o nível da técnica já alcançado. Ora, a unidade escravista (estabelecida no Brasil) pode ser apresentada como um caso extremo de especialização econômica. Ao inverso da unidade feudal, ela vive totalmente voltada para o mercado externo” (FURTADO, 2000, p.54).

⁸ Em *Formação econômica do Brasil* há uma discussão importante sobre o fato de o processo de industrialização no país ter se iniciado em diversas regiões ao mesmo tempo, ou seja, as indústrias têxteis tanto se instalaram na região Nordeste quanto na região Sudeste. Somente a título de ilustração, Celso Furtado cita um dado revelador dessa concomitância: em 1910 havia, aproximadamente, o mesmo número de operários têxteis nas duas regiões (FURTADO, 2000, p.249).

Celso Furtado explica da seguinte forma esse processo:

A experiência brasileira surge como um caso especial, no qual se conjugam o controle por grupos nacionais da produção exportável, a abundância de recursos naturais e as dimensões relativamente grandes do mercado interno em formação. De fato: dada a grande abundância de terras aptas para plantar café e a elasticidade da oferta de mão-de-obra, as inversões na cafeicultura não encontraram limitação pelo lado da oferta de fatores. Explica-se, assim, que se haja formado, desde fins do século passado, uma situação crônica de excesso de oferta. Os lucros do setor cafeeiro, nas fases de prosperidade, tendiam a concentrar-se nesse mesmo setor. A diferença com respeito à experiência centro-americana estava em que, havendo oferta elástica de fatores, os lucros – demais para serem utilizados para modernizar as formas de consumo dos grupos de altas rendas – puderam ser reinvertidos. E essas volumosas inversões efetuadas no setor cafeeiro [...] provocaram a absorção da economia de subsistência preexistente e financiaram a imigração européia, promovendo assim a expansão do setor monetário e dando origem à formação de um mercado interno de dimensões relativamente grandes, o que abriria caminho aos investimentos industriais (1969, p.170-171).

O florescimento das atividades urbano-industriais ligou-se, então, essencialmente à expansão da economia cafeeira, a partir de meados do século XIX⁹. A efetividade desse processo deu-se em razão da criação de condições que favoreceram a emergência de um mercado interno alimentado pelas indústrias têxteis e alimentícias. A complexidade desse processo está no fato de que esse setor industrial não alavancou de modo que ganhasse supremacia expressiva sobre os demais setores, ou seja, o de agricultura de subsistência e o de agricultura de exportação.

⁹ A obra *Formação econômica do Brasil* detalha o processo de expansão e de crise da cultura do café no país. Nesse livro, Celso Furtado apresenta uma discussão não somente sobre as condições econômicas (a crise asiática da produção de café, a expansão do crédito para o setor cafeeiro etc.) que favoreceram a expansão da economia cafeeira, mas também sobre as condições políticas, tais como a descentralização republicana, que favoreceu significativamente os fazendeiros do café que controlavam o governo do Estado de São Paulo, o qual tomou decisões (em relação à imigração, por exemplo) que favoreceram expressivamente os cafeeiros.

Criou-se, assim, uma economia que se articulava em torno desses três setores, basicamente. No entanto, o grande problema continuava a ser a prevalência de uma economia colonial que impedia que o desenvolvimento industrial se realizasse de forma plena. Os emperramentos eram de natureza econômica e política, uma vez que a manutenção da estrutura colonial articulava-se nessas duas esferas.

O subdesenvolvimento e a reprodução do padrão de domínio oligárquico

Celso Furtado considerava que estavam em lados opostos a economia colonial e a economia industrial. Essa última era vista por ele como uma forma de suplantar a primeira. A manutenção da coexistência entre economia colonial e economia industrial tinha como resultado a perpetuação do subdesenvolvimento¹⁰. Para a criação das bases para o desenvolvimento industrial, teria sido preciso lutar, principalmente a partir do século XIX, com as forças sociais que se apegavam a um padrão de organização e a um padrão de domínio que conservavam os resquícios do tipo colonial de economia. A análise do modo de atuação de tais forças era, para Furtado, essencial, porquanto revelaria as formas de confrontação que se estabeleceram no país, nesse processo de tentativa de superação da economia agrário-exportadora. Todavia, as razões pelas quais a economia colonial se manteve intacta durante tantos séculos devem ser procuradas nas motivações¹¹ daqueles que detinham posições de mando e de poder no decorrer dos séculos XIX e XX¹².

¹⁰ Em *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*, Celso Furtado destaca as especificidades dos países latino-americanos em relação às suas classificações como tipicamente subdesenvolvidos ou não. A seu ver, os países em que o setor pré-capitalista deixou de ser reservatório de mão-de-obra para os setores capitalistas e os países (Argentina e Uruguai, por exemplo) em que não havia um dualismo estrutural não seriam tipicamente subdesenvolvidos. Observe-se que Furtado formulou o conceito de subdesenvolvimento como um tipo ideal que tem como traço definidor a existência de um dualismo estrutural (FURTADO, 1968).

¹¹ Celso Furtado considerava que o estudo das motivações é essencial para compreender todo processo social. Ao propor estudos fundados na motivação dos agentes, ele se aproximava mais e mais da Sociologia. No caso do estudo da inflação, por exemplo, ele afirmava: "No estudo da inflação, importava acima de tudo que identificássemos as forças sociais que estavam pressionando para modificar a distribuição da renda e descobríssemos suas motivações" (FURTADO, 1997b, p.300).

¹² "O meu enfoque dos processos econômicos, no qual se combina uma visão histórica global com um corte sincrônico para o qual se utilizam todos os recursos da análise econômica, alcançou a forma que para mim passou a ser definitiva quando cristalizaram em meu espírito duas idéias: a de estrutura e a de centro de decisão" (FURTADO, 1997c, p.23).

Enquanto Freyre partia do século XVIII para entender a quebra de acomodação e os antagonismos que emergiram com o longo declínio do patriarcalismo, Furtado buscava demonstrar que as últimas cinco décadas do século XIX eram essenciais para compreender a emergência das condições que poderiam levar, no século seguinte, mais precisamente nos anos 30, à superação da economia colonial. Ele afirma que estudar os motivos que levaram ao aprofundamento das confrontações (o que não significava rompimentos), em meados do século XIX, entre os setores preponderantes, torna-se essencialmente importante para elucidar o papel que os diversos grupos sociais dominantes desempenharam no controle das mudanças que se iam delineando no horizonte. Enfim, era importante compreender as motivações que embasavam os antagonismos que ganhavam forma naquele momento. Dentre as várias motivações – as quais giravam em torno da crise da grande lavoura, do tráfico interprovincial de escravos, da abolição, da instauração do trabalho livre, da crise da monarquia, da instauração da República etc. – Celso Furtado destacou as voltadas para o controle do processo de industrialização.

Filiado à perspectiva weberiana, ele assinala que procurar as causas históricas era buscar as motivações que levaram as forças sociais preponderantes, durante séculos, a uma intermitente luta para subordinar a industrialização ao sistema agrário-exportador (FURTADO, 1997b). Esse processo deve ser pensado não somente em seus aspectos econômicos, mas também em seus aspectos políticos, pois envolve interesses que se foram perpetuando através dos tempos, em razão do imobilismo político, social e da estagnação econômica¹³ (FURTADO, 1997d). A seu ver, no Nordeste, os herdeiros da tradição escravocrata continuavam, por exemplo, em plena ação no final da década de 1950. Bastava observar como eles agiam mediante a expansão dos movimentos de massa, tais como as Ligas Camponesas, e mediante as ações da Operação Nordeste¹⁴.

¹³ Celso Furtado afirma que, ao analisar as condições sociais vigentes no Nordeste, na década de 1950, era visível que poder econômico e poder político eram duas faces de uma mesma moeda. As atuações do governo federal via financiamento de estradas, barreiras etc., feitas com as frentes de trabalho, reforçavam as estruturas existentes fundadas nas disputas das forças sociais oligárquicas pelo controle de verbas e de cargos. O centro da luta política era, então, uma luta pela perpetuação do imobilismo político e da estagnação econômica (FURTADO, 1997d, p.50).

¹⁴ Em 1958, o governo de Juscelino Kubitschek propôs uma nova política para o Nordeste, denominada Operação Nordeste, a qual foi comandada por Celso Furtado e tinha como um de seus objetivos o estabelecimento de um absoluto combate aos vícios políticos da indústria da seca, a reversão das disparidades regionais, o combate à corrupção e à decadência da região, a redefinição das aplicações dos recursos do governo federal e o desenvolvimento industrial.

Eles rechaçavam-nas inteiramente, porque essa última, por exemplo, representava uma tentativa de estabelecer um “amplo processo de mudança social, todo orientado para recuperar o atraso político e abrir espaço, a fim de que parcelas crescentes da população regional assumissem na plenitude os direitos de cidadania. Verdadeiras mudanças não poderiam vir senão da renovação dos quadros políticos, com o aumento de sua representatividade e a rejeição para um desvã da história, das velhas oligarquias” (FURTADO, 1997d, p.37).

Tal rechaçamento tinha de ser compreendido também historicamente, ou seja: Quais estruturas arcaicas e tradicionais potencializaram-no ao longo dos séculos? e Quais modificações sociais abriram caminhos para um processo de modernização da sociedade brasileira que, a partir da década de 1930, principalmente, trazia à tona a possibilidade de desmontar o arcaísmo econômico e político vigente¹⁵? Furtado assinala que o processo de industrialização, ao dar início a um crescimento econômico fundado no crescimento do mercado interno, conseguia encerrar uma economia de tipo colonial e possibilitava também a emergência das massas urbanas na arena política, as quais constituíam agentes provocadores de desconfortos significativos para a política tradicional e oligárquica.

Ao colocar nesses termos a análise do processo de desenvolvimento industrial, Celso Furtado distingue de modo enfático suas análises das de Gilberto Freyre, que parecia não ver na manutenção do oligarquismo grandes problemas para a sociedade brasileira que se industrializava. São várias as implicações desse último tipo de análise, visto que ela acaba por não problematizar a frágil fronteira entre o poder público e o poder privado no Brasil. Ao discutir a formação das atividades industriais a partir das motivações e dos interesses dos agentes envolvidos, não somente para impulsioná-las, mas também para as controlar e, até mesmo, para bloqueá-las, Celso Furtado desvenda as diversas ações políticas perpetuadoras de um oligarquismo nefasto para a vida social brasileira. Gilberto Freyre, ao buscar os elementos positivos de um padrão de domínio assentado na esfera privada, acaba por atenuar os efeitos da manutenção de relações oligárquicas no âmbito das atividades urbanas.

¹⁵ Depois da crise de 1929, o desmantelamento dos “mecanismos de defesa de autopreservação da economia tipo colonial porão em marcha processos históricos capazes de viabilizar o deslocamento das atividades industriais com respeito ao complexo primário-exportador” (FURTADO, 1997c, p.165).

Celso Furtado assinala que os alicerces do subdesenvolvimento¹⁶ do Nordeste estavam na própria região. Esses alicerces eram econômicos e também políticos. Dessa forma, não bastava criticar as regiões mais industrializadas como responsáveis pelo estado caótico de atraso no qual se encontravam as populações de algumas partes do país. Em seu entender, a decadência da região nordestina era secular e não tinha como ser explicada somente em vista da industrialização do Sul.

A causa básica daquela decadência está na incapacidade do sistema para superar as formas de produção e utilização dos recursos estruturados na época colonial. A articulação com a região sul por meio de cartelização da economia açucareira prolongou a vida do velho sistema cuja decadência se iniciou no século XVII, pois contribuiu para preservar as velhas estruturas monoprodutoras (FURTADO, 2000, p.251).

Gilberto Freyre, no entanto, rejeitou toda tese que enaltecesse somente o caráter negativo do tipo de economia, de política e de cultura que vigorava no Nordeste. Todo e qualquer processo de industrialização deveria estar voltado para a preservação das complexidades regionais brasileiras. É como se Freyre quisesse chamar a atenção para a necessidade de conciliar o projeto industrial com o projeto agrário, que disputavam, em vários âmbitos da vida social, espaços políticos, aquele para se impor, esse, para se perpetuar.

A conciliação como fator de emperramento do desenvolvimento urbano-industrial

De maneira distinta da de Freyre, Celso Furtado procura assinalar que a industrialização deveria ser um processo de busca da superação das atividades econômicas do tipo colonial predominavam no país nos séculos XVI¹⁷, XVII, XVIII¹⁸ e XIX¹⁹.

¹⁶ “O subdesenvolvimento é, portanto, um processo histórico autônomo, e não uma etapa pela qual tenham, necessariamente, passado as economias que já alcançaram um grau superior de desenvolvimento” (FURTADO, 1969, p.166).

¹⁷ Nos séculos XVI e XVII, o Brasil monopolizou a exportação do açúcar.

¹⁸ A produção de ouro e de diamantes predominou na economia brasileira no século XVIII.

¹⁹ A agricultura de exportação foi implementada a partir da crise do ouro no final do século XVIII. O século XIX foi um divisor de águas significativo na economia, com a emergência do ciclo cafeeiro, que teve sua melhor performance entre 1850 e 1910, quando se iniciou um processo de crise nesse setor. Tal crise teve seu apogeu em 1930, quando ocorreu a destruição de grande quantidade do café acumulado por retenção dos estoques excedentes (FURTADO, 1964, p.100).

A sedimentação urbano-industrial não poderia fundar-se na conciliação, uma vez que a economia agrário-exportadora, baseada no latifúndio, tinha alimentado um padrão de domínio político que circunscrevia o desenvolvimento industrial dentro de determinados limites condizentes com a manutenção da estrutura de poder e de organização social vigente.

O processo de industrialização iniciado a partir de 1930 teria, para Furtado, agido como fator essencial de desmantelamento do marco institucional brasileiro que “durante três séculos resultou de uma formação econômica baseada nas grandes fazendas. A população urbana era reduzida e tinha pouca expressão política” (1964, p.109). Todo o sistema representativo, até 1930, era desenhado no sentido de dar garantias de permanência do padrão de domínio vigente. Segundo ele, a partir de 1930, o efeito mais expressivo do processo de mudança social no Brasil foi o início da desarticulação política da estrutura agrária, a qual “servia como sustentáculo ao sistema político” (p.110). Por que teria havido essa desarticulação? As atividades urbano-industriais teriam gerado a possibilidade de uma redefinição política, porque originaram novos agentes que lutaram para se firmar como forças sociais capazes de redefinir os próprios marcos institucionais. Esses agentes foram, evidentemente, rechaçados, em razão de que o controle estava ainda, nos anos subsequentes, expressivamente nas mãos dos representantes das velhas estruturas agrárias.

Celso Furtado destaca que, a partir de 1930, anunciava-se uma possibilidade de redefinição do sistema político, pelo fato de a industrialização criar uma diferenciação geradora de agentes sociais distintos daqueles prevalentes na estrutura agrário-exportadora, a qual estava voltada essencialmente para atender ao mercado externo. As décadas seguintes, ou seja, até 1964, fizeram-se de fortes tensões originárias das pressões das massas urbanas, que eram tolhidas e rechaçadas pelos setores preponderantes que atuavam ainda no marco institucional vigente desde antes de 1930. Observa-se, então, dificuldade incomensurável de evolução do sistema político, uma vez que todas as pressões por reformas que surgiam desafiavam de tal modo as classes dirigentes, que elas se voltavam mais e mais para a conservação do *status quo*. Nessas condições, a industrialização avançava na década de 1950, mas sem as mudanças políticas necessárias, então, eternizava-se a paralisia do desenvolvimento social.

Celso Furtado, em 1964, no livro *Dialética do desenvolvimento*, advogava a necessidade de combinar a expansão industrial e a urbanização com as reformas políticas. Essas últimas eram essenciais, para que se redefinissem os marcos institucionais. Isso abriria as portas para que o país se projetasse mundialmente. É curioso que a sua forma de justificar essa probabilidade acaba por reafirmar a tese freyriana do sentido plástico e democrático da formação étnica aqui prevalente. Ele diz: “O sentido democrático da formação étnica do seu povo facilitará essa projeção dos valores brasileiros além-fronteiras, permitindo que o Brasil desempenhe importante papel junto às novas nações em formação no mundo tropical” (FURTADO, 1964, p.112).

A análise de Furtado sobre o período que se abre em 1930 enfoca o processo de expansão urbano-industrial, não somente em vista dos elementos econômicos, mas principalmente dos políticos. Esses últimos definiriam ou não a possibilidade de mudanças estruturais. O capitalismo industrial, que ganhou expressão a partir desse momento, teve *performance* singular, já que o “predomínio da classe capitalista industrial, no Brasil, não resultou de um conflito aberto com os grupos dirigentes. Em realidade, o capitalismo industrial começou a dar os seus primeiros passos significativos quando a economia colonial entrara em franca decomposição, abandonando os dirigentes desta qualquer posição ideológica consistente e dedicando-se a um improvisado oportunismo político” (FURTADO, 1964, p.115).

A expansão das atividades urbano-industriais estava, então, marcada pelo fato de não ter estabelecido “no país um desenvolvimento endógeno conflitante com os interesses do setor exportador”²⁰ (FURTADO, 1964, p.116). Os setores arcaicos procuraram ajustar-se politicamente às modificações que tomavam corpo no período pós 1930. Os novos setores dirigentes que se instalavam no poder não tinham clareza da dimensão das transformações que estavam ocorrendo. A consolidação da industrialização foi lenta, porque as classes dirigentes não tinham a consciência da necessidade de se empenhar para efetivá-la.

²⁰ Os industriais não se colocaram na arena política como portadores de um antagonismo irreconciliável com os grupos dirigentes ancorados na economia agrário-exportadora. Isso se devia, em parte, ao fato de que a proteção dos interesses do café constituía a base do desenvolvimento industrial (FURTADO, 1964, p.134).

Havia, também, outras dificuldades estruturais que não dependiam somente da vontade dos novos dirigentes, visto que eram séculos de um processo de enraizamento de dificuldades econômicas, políticas e sociais. Celso Furtado cita como exemplo disso, em *Dialética do desenvolvimento*, a predominância de uma agricultura voltada para o mercado interno, que era absolutamente inelástica e encarecia significativamente o preço dos alimentos nas cidades. “De maneira geral, os preços dos produtos industriais cresceram menos que os dos produtos agrícolas destinados ao mercado interno, o que indica que a classe capitalista industrial teve de transferir para os interesses ligados ao latifúndio parte dos lucros que auferia. Tudo se passava como se a nova classe capitalista fosse chamada a pagar ao setor mais retrógrado da antiga economia um direito de senhoria” (1964, p. 126).

A industrialização potencializava a urbanização, a qual exigia mais e mais produtos agrícolas para alimentar o grande contingente de pessoas que passavam a habitar nas cidades. Instaurava-se uma crise entre os setores industriais e os latifundiários que se empenhavam, desatinadamente, em abocanhar uma parte expressiva dos lucros auferidos nas atividades urbano-industriais²¹. Isso constituiu um entrave na economia brasileira, que era visível no modo de os setores agrícolas agirem na esfera política, debatendo-se para manter suas posições de poder por meio de pressões no Legislativo, principalmente. Havia, assim, uma contradição significativa no interior da própria classe capitalista, contradição despercebida ou desconsiderada pelos próprios setores industriais, que, não compreendendo o significado da parasitagem do setor agrário, apavoravam-se mais e mais diante da intensificação das tensões sociais oriundas das pressões das massas trabalhadoras. Despreparados para compreender que a luta de classes é o fundamento de uma sociedade democrática, os setores industriais contribuíam com o emperramento econômico e político da sociedade brasileira.

²¹ “Em síntese, podemos afirmar que o processo de formação de um capitalismo industrial, no Brasil, encontrou obstáculos de natureza estrutural, cuja superação parece impraticável dentro do presente marco institucional e pelos meios a que estão afeitas as classes dirigentes” (FURTADO, 1964, p. 133).

Considerações finais

Freyre, no conjunto de suas obras, não diz que nada mudou no país ao longo de sua história. Ele, todavia, lança luzes sobre os elementos econômicos, políticos e culturais que, mesmo tendo-se alterado, guardariam em sua essência muito do que o país foi no passado distante (colonial) e no passado nem tão distante assim (Império). Há, nesse e em outros pontos, uma diferença essencial entre ele e Celso Furtado, pois o último insiste que a história é um processo aberto, e, portanto, não cabe dizer que o passado exerce um controle quase absoluto sobre os acontecimentos futuros, porque não há como calcular a capacidade de imaginatividade e de ação política com base naquilo que os grupos sociais foram no passado. Essa capacidade não pode ser também circunscrita àquilo que os agentes sociais conseguiram realizar nos séculos precedentes. Daí deriva a concepção de Celso Furtado de que a história é um processo aberto. Freyre, em suas obras, não concebe a história inteiramente nesses termos, uma vez que, para ele, a imaginatividade e a ação política se configurariam em decorrência de um conjunto de valores cristalizados nos diversos segmentos sociais.

A formação urbano-industrial brasileira seria, para Freyre, indicadora de que, no seu *ethos*, os brasileiros não romperam inteiramente com o modo de ser e de agir que vigorou no passado. As diversas esferas da vida social, ou seja, a econômica, a política e a cultural, reproduziriam no presente o que os brasileiros foram no passado. A história não é, então, um processo aberto, ao menos não o é em todos os seus aspectos. Ao discutir as minúcias da vida social nesse processo de formação urbano-industrial, ele pretendia assinalar, mediante as atitudes, os atos, os hábitos e os costumes, o que mudava e o que permanecia. Cabe então a pergunta: De que forma aquilo que mudava era controlado pelas permanências? Em torno dessa questão, giram as reflexões desenvolvidas em *Sobrados e mucambos* e em *Ordem e progresso*. Estaria aí uma das mais relevantes contribuições de Freyre ao estudo do processo de diferenciação social desencadeado pela urbanização e pela industrialização.

O olhar que Celso Furtado lançava sobre o processo de formação urbano-industrial tem diferenças essenciais da perspectiva de Gilberto Freyre.

Conforme foi apontado, uma das mais relevantes, a que define todo um modo de conceber a vida social brasileira, é a maneira de o primeiro conceber a história. Se ela não é um processo aberto, pelo menos não em todos os seus aspectos, para o autor de *Casa Grande & Senzala*, ela é-o inteiramente na visão do autor de *Formação Econômica do Brasil*. A multiplicidade de desafios colocados aos diversos agentes sociais em razão da formação e da expansão das atividades urbano-industriais revela que, para Celso Furtado, o padrão de organização social e o padrão de domínio em momento algum estiveram petrificados em torno de permanências e constâncias definidas por um dado padrão cultural que dispensasse as rupturas.

É válido assinalar que tanto Freyre quanto Furtado estavam voltados para a compreensão das atuações dos agentes sociais ante as mudanças e as resistências às mudanças. Todavia enquanto o primeiro buscava os elementos indicadores de uma circularidade histórica positiva que ia no sentido de acomodação, quebra de acomodação, antagonismo, nova acomodação e, assim, sucessivamente, o segundo destacava que o país, ao caminhar em círculos, negava a possibilidade de superação de seus entraves principais, tais como os traços da economia colonial que resistiam ao processo de industrialização, o subdesenvolvimento que se assentava na dualidade estrutural e a política oligárquica que se acomodava às novas condições, sobrevivendo após a década de 1930 e marcando o desenvolvimento das atividades urbanas.

Referências bibliográficas

BASTOS, E. R. Gilberto Freyre e a questão nacional. In: MORAES, R.; ANTUNES, R.; FERRANTE, V. L. B. (Orgs.). *Inteligência brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

BOMFIM, M. *A América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.

BOTTOMORE, T. B. Conservadorismo e radicalismo na sociologia e o homem conservador. In: *A sociologia como crítica social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

FREYRE, G. *Casa grande & senzala*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1994.

- FREYRE, G. *Insurgências e ressurgências atuais: cruzamentos de sins e não num mundo em transição*. Porto Alegre: Globo, 1983.
- FREYRE, G. *Ordem e progresso*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1962. T.1 e 2.
- FREYRE, G. *Interpretação do Brasil*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1947.
- FREYRE, G. *Nordeste*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1967.
- FREYRE, G. *Manifesto regionalista, tradicionalista e, a seu modo, modernista do Recife*. Recife: Instituto Joaquim Nabuco, 1976. Série Documentos, n.6.
- FREYRE, G. *Estácio Coimbra: homem representativo de seu meio e do seu tempo*. Recife: Instituto Joaquim Nabuco, 1973.
- FREYRE, G. *Sobrados e mucambos*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1961.
- FREYRE, G. *Sociologia: introdução ao estudo de seus princípios*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1957.
- FREYRE, G. *O brasileiro entre os outros hispanos: afinidades, contrastes e possíveis futuros nas suas inter-relações*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1975.
- FREYRE, G. *Vida social no Brasil nos meados do século XIX*. Rio de Janeiro: Arte Nova, 1977.
- FREYRE, G. *Brasis, Brasil, Brasília: sugestões em torno de problemas brasileiros de unidade e diversidade e das relações de alguns deles com problemas gerais de pluralismo étnico e cultural*. Rio de Janeiro: Record, 1968.
- FURTADO, C. *Perspectivas da economia brasileira*. Rio de Janeiro: Iseb, 1958.
- FURTADO, C. *Uma política de desenvolvimento para o nordeste*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1959.
- FURTADO, C. *A operação nordeste*. Rio de Janeiro: ISEB, 1959a.
- FURTADO, C. *Uma economia dependente*. Rio de Janeiro: MEC, 1956.

FURTADO, C. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

FURTADO, C. *Subdesenvolvimento e Estado democrático*. Recife: Condepe, 1962.

FURTADO, C. *A pré-revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962a.

FURTADO, C. *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

FURTADO, C. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Cia Nacional, 1967.

FURTADO, C. *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FURTADO, C. *Um projeto para o Brasil*. Rio de Janeiro: Saga, 1968.

FURTADO, C. *A análise do "modelo" brasileiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

FURTADO, C. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

FURTADO, C. *Criatividade e dependência na civilização industrial*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

FURTADO, C. *Cultura e desenvolvimento em época de crise*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

FURTADO, C. *Brasil, a construção interrompida*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

FURTADO, C. Entre inconformismo e reformismo. In: *Obra autobiográfica*. São Paulo: Paz e Terra, 1997. Tomo III.

FURTADO, C. Os ares do mundo. In: *Obra autobiográfica*. São Paulo: Paz e Terra, 1997a. Tomo III.

FURTADO, C. A fantasia organizada. In: *Obra autobiográfica*. São Paulo: Paz e Terra, 1997b. Tomo I.

FURTADO, C. Aventuras de um economista brasileiro. In: *Obra autobiográfica*. São Paulo: Paz e Terra, 1997c. Tomo II.

FURTADO, C. A fantasia desfeita. In: *Obra autobiográfica*. São Paulo: Paz e Terra, 1997d. Tomo II.

FURTADO, C. *O longo amanhecer*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. 1959. São Paulo: Publifolha, 2000.

FURTADO, C. *Em busca de novo modelo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

GUIMARÃES, J. A trajetória intelectual de Celso Furtado. In: TAVARES, M. C. (Org.). *Celso Furtado e o Brasil*. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.

REZENDE, M. J. de. Soberania nacional e mudança social em Manoel Bomfim. *Cadernos de Estudos Sociais*, Recife, v.18, n.1, p.73-92, jan./jun. 2002.

(Recebido em abril de 2004 e aceito para
publicação em outubro de 2004)